

**COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E O ACESSO
A PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**
***FAMILY FARMING COOPERATIVES AND ASSOCIATIONS AND THE ACCESS TO
PUBLIC POLICIES PROGRAMS***

Regina Aparecida Leite de Camargo
UNESP

regina.camargo@unesp.br

Rosemeire Aparecida Scopinho
UFSCar

scopinho.rose@gmail.com

Ana Bárbara Araújo Leite
UNESP

leite.araujo@unesp.br

Amanda Liz Pacífico M. Perticarrari
UNESP

amanda.perticarrari@unesp.br

GT6. Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva

Resumo

Ao longo das últimas décadas, o governo federal brasileiro e as administrações estaduais incentivaram a criação de cooperativas e associações de agricultores familiares como intermediadores na implementação de programas de políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Na pesquisa que embasa este trabalho foram pesquisadas 40 cooperativas e associações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, espalhadas por municípios que pertencem a oito Escritórios de Desenvolvimento Regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) do estado de São Paulo. A coleta de dados primários foi realizada através de entrevistas com os dirigentes das organizações e uso de questionário semiestruturado. As organizações da agricultura familiar foram analisadas sob a ótica da mobilização de diferentes tipos de capital para a formação de um conjunto de ativos, ou capacidades, que influenciam diretamente a sua habilidade de acesso a programas de políticas públicas, e a sua sobrevivência e expansão. Dentre os cinco tipos de capital analisados: humano, físico, produtivo, social e cultural, o último foi o que se mostrou menos expressivos nas organizações estudadas.

Palavras-chave: Mercados institucionais, capitais e meios de vida, programas governamentais

Abstract

Over the last few decades, the Brazilian federal government and state administrations have encouraged the creation of cooperatives and associations of family farmers as intermediaries in the implementation of public policy programs for family farming, such as the Food Acquisition Program (PAA), National School Feeding Program (PNAE) and the São Paulo Agriculture of Social Interest Program (PPAIS). In the research that underlies this work, 40 cooperatives and associations with a legal Pronaf Aptitude Declaration (DAP) were surveyed, spread across municipalities that belong to eight Regional Development Offices of the Integral Technical Assistance Coordination (CATI) in the state of São Paulo. The collection of primary data was carried out through interviews with the directors of the organizations, and complemented with data published on government websites. Family farming organizations were analyzed from the perspective of mobilizing different types of capital to form a set of assets, or capabilities, that directly influence their ability to access public policy

programs, and their survival and expansion. Among the five capital types analyzed: human, physic, productive, social and cultural, the last one was the less expressive in the organizations studied.

Key words: Institutional markets, capitals and livelihood means, governmental programs.

1. Introdução

Mais do que instituições financeiras ou organizações com uma função societal (Yu e Huang, 2020), as cooperativas de produtores rurais podem exercer um papel político, como almejado por cooperativas de movimentos sociais no campo, como o MST. Estudos das cooperativas europeias demonstram a sua atual função política e ambiental, bem como a necessidade de novas pesquisas para retratar a sua grande heterogeneidade (Ajates, 2020)

A criação de programas de políticas públicas específicos para a agricultura familiar, que abrem para esse segmento a possibilidade de participação em mercados institucionais, e a predileção dos gestores públicos por trabalhar com grupos formais, colocaram novos desafios para as associações e cooperativas da agricultura familiar. Além de captadoras de recursos, elas devem agora ser proponentes e gerenciadoras de projetos muitas vezes amplos e complexos. Delas espera-se também maior atuação em instâncias representativas, como os Conselhos Municipais.

Entre os grupos de produtores familiares menos capitalizados é mais comum a presença de associações do que cooperativas. Embora ambas tenham o associativismo como base, as cooperativas têm explícita finalidade econômica, são mais trabalhosas de serem constituídas e necessitam um mínimo de 20 pessoas, enquanto apenas duas podem formar uma associação.

Mas tanto cooperativas como associações enfrentam conflitos que parecem relacionar-se com uma mal alinhada simbiose entre a sua finalidade econômica e o ideário do associativismo e coletivismo, bastante presente nos movimentos sociais (SCOPINHO, 2009, 2012). Ou em outras palavras, espera-se que os dirigentes “corram atrás” de benefícios para os associados, mas também se espera de todos o companheirismo, solidariedade, cooperação e assim por diante. Principalmente em pequenas comunidades rurais marcadas pelas complexas relações de interconhecimento, parentesco e vizinhança, as esferas pessoais e as organizativas e administrativas são praticamente indissociáveis. Estudando associações em assentamentos do nordeste, Camargo (1994) constatou como as relações naturais de solidariedade e reciprocidade, presentes na comunidade rural, rapidamente se dissolviam em conflitos quando da formação de uma organização hierárquica (presidente, secretário, tesoureiro, etc) e a entrada de recursos de projetos.

O resultado da aplicação de um programa de política pública está fortemente ligado ao capital social das comunidades (ALMEIDA e FERRANTE, 2009). Cabe aqui indagar se a própria política não é indutora da formação ou reformulação desse capital enquanto conjunto de forças e redes sociais que não são estáticos, mas modificam-se com a entrada em cena de novos atores e a adoção de diferentes estratégias para a promoção do desenvolvimento local.

A pujança do agronegócio no estado de São Paulo, não eliminou a presença e a relevância de estabelecimentos de agricultura familiar. Essa agricultura está presente em todas as regiões do estado, na forma de agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, enfim, toda diversidade e heterogeneidade que caracteriza a agricultura familiar e constitui parte da sua riqueza. Sua maior ou menor concentração em algumas regiões resulta do processo de luta por terra e ocupação do território paulista, ontem e hoje. Essa categoria de agricultores participa da produção dos alimentos que compõem a cesta básica da população brasileira, e ainda é responsável por boa parte das ocupações no campo.



2. A cooperação e os programas de políticas públicas

As primeiras associações formais de agricultores surgiram na Europa no século XIX, e hoje cooperativas e associações de produtores rurais somam milhares e estão espalhadas por todos os continentes. Para Namorado (2013) o movimento cooperativo pode ser interpretado como “um afloramento moderno da cooperação, enraizado num movimento social mais amplo, o movimento operário”.

No Brasil, as primeiras iniciativas associativistas surgiram também de movimentos operários, mas com princípios muito mais voltados à ajuda mútua entre seus integrantes. Como, por exemplo, a associação dos “galileus” de Pernambuco, que deu início ao que depois viria se tornar as Ligas Camponesas (Rios, 2007). Entre os produtores familiares é mais comum a presença de associações do que cooperativas. Embora ambas tenham o associativismo como base, as cooperativas têm explícita finalidade econômica, são mais trabalhosas de serem constituídas e necessitam um mínimo de 20 pessoas, enquanto apenas duas podem formar uma associação. Mas independentemente de serem cooperativas ou associações, espera-se que os dirigentes “corram atrás” de benefícios para os associados, mas também se espera de todos o companheirismo, a solidariedade, e a cooperação. Principalmente em pequenas comunidades rurais marcadas pelas complexas relações de interconhecimento, parentesco e vizinhança, as esferas pessoais e as organizativas e administrativas são praticamente indissociáveis.

Uma possível abordagem nas discussões sobre o associativismo entre camponeses e agricultores familiares é a separação entre formas espontâneas de associação, que visam algum tipo de benefício próprio - quando, como coloca Oslon (2002, p 52): “a busca voluntária e racional do interesse individual fomenta um comportamento grupo-orientado” - e as associações e cooperativas criadas via o que pode ser chamado de voluntarismo induzido pelo próprio Estado ou algum de seus agentes indiretos. No segundo caso as organizações aparecem como pontes para o acesso a programas e ações de políticas públicas.

A diferenciação entre essas duas formas de organização não é nítida ou definitiva, uma vez que interesses e motivações pessoais existem dentro de estruturas políticas e econômicas. Ao defender o cooperativismo como base para a economia russa pós 1917 Chayanov (2017), baseado em seu amplo conhecimento do campesinato russo, propunha a expansão do já existente movimento cooperativo russo como modelo para uma integração verticalizada ao mercado, dentro de uma economia socialista com forte planejamento central.

Através da criação de associações e cooperativas, os produtores familiares alargam, em teoria, as possibilidades de acesso a programas de políticas públicas e aumentam suas chances de competir em mercados locais, regionais ou globalizados. Por outro lado, a formalização de relações de cooperação e reciprocidade, comumente encontradas em comunidades rurais (Sabourin, 2009; Chayanov, 1985, 2017), pode gerar tensões que atuam contra aos objetivos desejados. Para Delma Pessanha Neves (2013), a imposição do associativismo como condição para a participação em programas estatais, cria dilemas e contradições que podem levar ao encerramento das atividades da organização.

O primeiro programa de política pública de grande porte direcionado para agricultores familiares foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), um braço do Projeto Nordeste, implantado com recursos do Banco Mundial na região nordeste na segunda metade dos anos 1980. O Programa buscava: “propiciar a elevação dos níveis de emprego e renda dos pequenos produtores agropecuários, pelo aumento da produção e da produtividade” através de ações de “desenvolvimento rural integrado que possibilitem, a cada família de pequeno produtor, o acesso aos meios de produção, a tecnologia apropriada ao mercado e às formas de associativismo (Brasil, 1985)

Entre as linhas de ação do PAPP destaca-se o Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR), baseada no modelo “*community driven development*” adotado pelo Banco Mundial na



época (Grisa, 2010). Essa ação do PAPP foi apoiada pela criação do “Programa de apoio a organizações de pequenos produtores rurais do Nordeste”, em 1986, que tinha como objetivo central “estimular e induzir os pequenos produtores rurais a se organizarem sob forma associativa, visando a aumentar seus níveis de produção, produtividade e renda” (Brasil, 1986). Chama a atenção nesse enunciado o uso do termo “induzir”.

Nos anos que se seguiram a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, a aprovação dos projetos da linha Pronaf Infraestrutura deveria passar por um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) composto, entre outros integrantes, por cooperativas e associações que representassem os beneficiados com os recursos do Programa; o que gerou um segundo momento de criação de organizações de produtores familiares (Schneider et al. 2004; Sabourin, 2017).

O surgimento, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criou um novo marco no horizonte das políticas públicas para a agricultura familiar, por seu caráter intersetorial, interministerial e articulação com a política de segurança alimentar e nutricional (Grisa, 2010). Ainda que o Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que criou o PAA, não mencione o associativismo como um dos objetivos do programa, e a participação possa se dar individualmente ou por meio de cooperativas e outras organizações com validade jurídica, a cartilha de operacionalização do programa coloca que “O Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo” (Brasil, 2022). Algumas de suas modalidades, como o “Apoio à Formação de Estoques” explicitam a necessidade de uma organização formal de produtores familiares para a operacionalização das aquisições.

O Artigo 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que regulamentou a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), não determina que as aquisições devam ocorrer exclusivamente das organizações da agricultura familiar, mas estudos têm demonstrado ser esse geralmente o caso (Camargo et al., 2013; Xavier, 2016; Baccarin et al. 2017). Na presente pesquisa, casos de compra individual foram mais comuns quando se tratava de produtores com características específicas, como, por exemplo, aqueles com certificação de orgânicos em organização onde os demais produtores não são orgânicos.

3. Metodologia

Os resultados que serão apresentados a seguir resultam das entrevistas realizadas presencialmente com 40 associações e cooperativas da agricultura familiar localizadas na região noroeste do estado de São Paulo. Como fio condutor da análise, a pesquisa tomou por base a contribuição de teóricos que trabalham com a noção da mobilização de diversas formas de capital para a construção de um arcabouço de estratégias capazes de garantir ou alargar os meios de vida (Putnan (1993); Bebbington (1999); Niederle & Crisa (2008)). As organizações da agricultura familiar foram analisadas tendo em vista a sua capacidade de mobilizar ativos e atores para garantir o acesso a programas de políticas públicas e demais recursos e serviços estatais, bem como formar uma rede de apoiadores e interlocutores que auxiliam no acesso a esses serviços ou a formas diferenciadas de mercado. O gerenciamento das organizações e sua habilidade em manter a coesão do grupo foi outro ponto de análise.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, preferencialmente com o dirigente principal da organização, abordando o seu conjunto de capacidades, que podem ser transformados em ativos. Para tanto, a coleta de dados seguiu uma adaptação da estrutura analítica utilizada por Bebbington (1999) para discorrer sobre a viabilidade, meios de vida e pobreza entre a população rural.

- Capital físico: uma mescla de capital natural e capital produzido, que engloba os bens e infraestrutura da organização – terreno e construções próprias, maquinário e equipamentos em geral, de uso restrito ou coletivo.
- Capital econômico produtivo: entendido como a saúde financeira da organização – a presença de dívidas; a capacidade de honrar compromissos financeiros; a capacidade de manter um capital de giro. Faz também parte do capital econômico produtivo a capacidade da organização em aprovar projetos de políticas públicas, como o PAA, PNAE e PPAIS, que contribuem para o aumento da renda dos produtores e também aumentam a receita da organização. Bem como a sua participação, desde o início da pandemia, em ações emergenciais coordenadas por instituições, como as “Cestas da Cidadania” da Fundação Itesp, ou por iniciativas da sociedade civil, para fazer chegar alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Capital humano: inclui o número total de associados, o número de associados em dia e o número de sócios que efetivamente participam das atividades da organização. Inclui ainda um conjunto de questões relacionadas com a direção das organizações; participação de mulheres e jovens no quadro de associados e na direção; serviços prestados pela organização aos sócios e, de modo geral, as relações de poder dentro da organização.
- Capital social: entendido como a rede de relações que a organização consegue manter com agentes externos – entidades prestadoras de assistência técnica e extensão rural, universidades, instituições de pesquisa, governos municipais, estaduais ou federal, serviços do Sistema S, participação em conselhos e demais instâncias representativas, entre outros.
- Capital cultural: a capacidade da organização em recuperar, manter ou promover práticas culturais, de lazer ou mesmo esportivas que contribuam para aumentar a coesão do grupo. Incluem-se também as relações de trabalho baseadas na confiança e reciprocidade, como os mutirões e outras formas de trabalho coletivo. Esse tipo de capital é importante para a configuração da identidade do grupo e construção do sentimento de pertencimento. Nesse sentido, os capitais cultural e social se entrelaçam.

4. Resultados

O questionário sobre o capital humano das organizações pesquisadas buscou apreender como se dá o gerenciamento dessas organizações. Se há, por exemplo, uma rotatividade na sua diretoria e se dela participam jovens e mulheres.

Apenas duas das organizações pesquisadas foram criadas antes do ano 2000. Uma associação criada em 1980 e uma cooperativa de 1999. Como aparece na Figura 1, mais de 50% das organizações foram criadas depois de 2010, ano do início do PNAE, e 87,5% delas após a criação do PAA em 2003. Quando questionadas se a organização foi criada para permitir o acesso aos programas governamentais, 53% delas responderam que sim, o que exemplifica a influência do Estado na formação de organizações da agricultura familiar como meio de implementação de programas de políticas públicas.

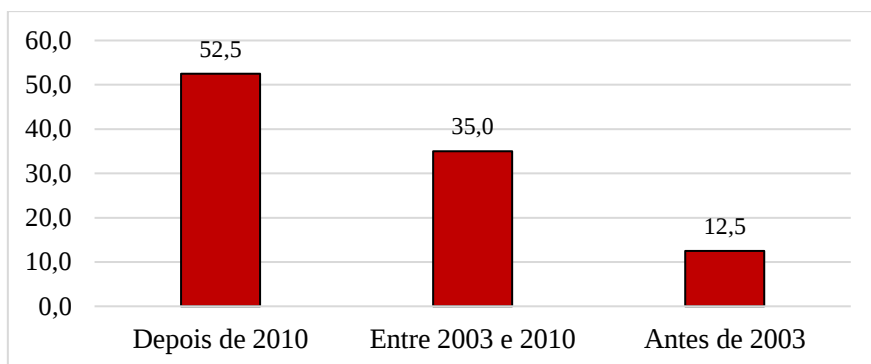


Figura 1: Ano de criação das organizações pesquisadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2023

Um total de 40% das organizações pesquisadas encontra-se, atualmente, entre 11 e 15 anos de idade, 17,5% delas com seis a 10 anos, 15% com um a seis anos e a mesma porcentagem com 16 a 20 anos e 12,5% com mais de 20 anos de idade. Em relação ao número de associados, a Figura 2 demonstra que a maioria das organizações foram criadas com menos de 30 sócios, mas atualmente 65% delas conta com mais de 30 associados. Um ponto interessante a ser observado na Figura 3 é o aumento no número de organizações que contam atualmente com mais de 40 afiliados, e a diminuição do número daquelas com menos de 20 participantes.

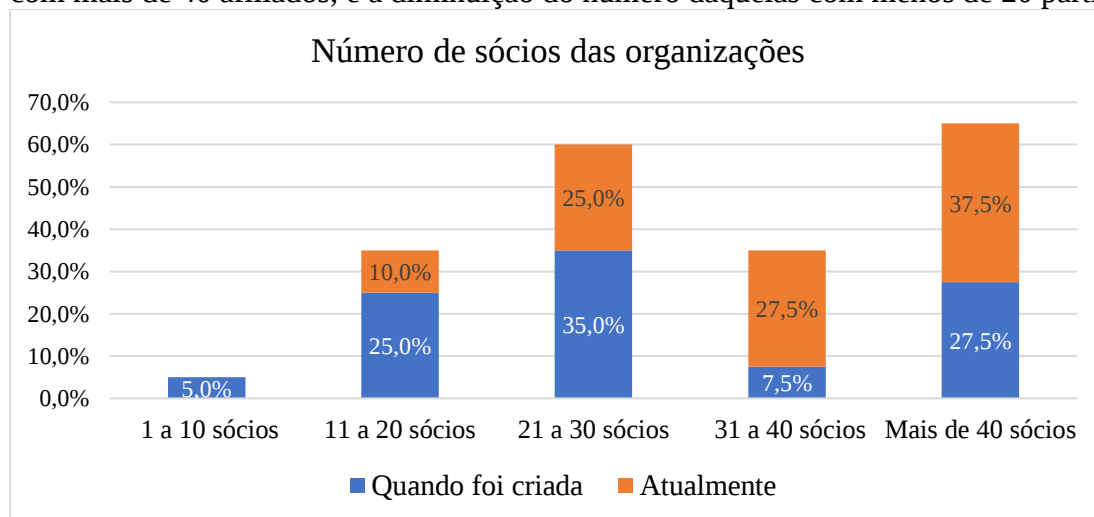


Figura 2: Número de sócios na fundação da organização e atualmente

Fonte: Pesquisa de campo, 2023

Em relação ao aumento ou diminuição do número de associados, um total expressivo de 32,5% das organizações pesquisadas conta atualmente com um número menor ou igual de associados do que quando foi fundada. Por outro lado, 45% delas conseguiu aumentar o quadro de sócios em mais de 50%.

As organizações também foram perguntadas quantos sócios estão em dia e ativos, e apenas 40% delas responderam que todos estão ativos. Para 35% das organizações a metade ou menos da metade (17,5% em cada caso) participam ativamente da organização e 25% responderam que mais da metade dos associados estão ativos. O problema da não participação de todos aparece também na questão relativa ao número de associados presentes nas assembleias e reuniões da organização.

Em um quarto das organizações menos da metade dos associados comparecem às assembleias e reuniões, e em apenas 10% dos casos esses eventos contam com a participação de todos os associados. Um alarmante total de 78% dos entrevistados respondeu que a organização tem dificuldades de reunir os associados, e 63% afirmou que a organização lança mão de algum tipo de estratégia para atrair os sócios para as reuniões. Dentre as estratégias utilizadas estão: oferecer algum tipo de refeição, como jantar, churrasco ou lanche; marcar a reunião para dia de pagamento de entregas realizadas para algum dos programas, principalmente o PAA, ou para repassar informes/comunicados do interesse de todos; ir buscar os agricultores em suas casas ou lugar determinado, estratégia particularmente importante nos casos em que a distância ou falta de veículo próprio pode ser um impeditivo à participação e ainda ter uma data fixa para as reuniões ou consultar os associados sobre a melhor data e horário.

Os dados sobre a dificuldade de reunir os associados alinham-se com a afirmação, por 78% dos entrevistados, de que a falta de motivação dos sócios é um dos principais problemas enfrentados pela organização, corroborando Mancur Olson (2001), que em sua obra sobre a ação coletiva discorre sobre os incentivos necessários para estimular os indivíduos para ações de interesse coletivo. A dificuldade para manter a sua base democrática e a participação ativa dos associados também foi identificada por Henri Desroche (2006) em seu ensaio sobre o projeto cooperativo.

A atratividade da afiliação a uma organização depende, em grande parte, dos serviços que ela pode oferecer e das vantagens pessoais que o vínculo pode trazer, sejam elas de ordem econômica ou social (OLSON, 2001). De uma lista de 13 possíveis serviços que as organizações poderiam oferecer aos associados, 25% delas oferecia entre um a três serviços, 55% entre quatro a seis serviços, 27.5% entre sete e nove serviços e apenas uma listou mais de dez tipos de serviços oferecidos aos associados. Os principais serviços oferecidos encontram-se na Figura 3.

Os dados da Figura 3 corroboram a importância das associações e cooperativas para o acesso de agricultores familiares aos programas de políticas públicas a eles direcionadas. Facilitar a participação nesses programas e ajudar os sócios na regularização dos documentos necessários para essa participação foram serviços oferecidos por mais de 90% das organizações entrevistadas. No entanto, menos da metade opera uma atividade econômica simples para driblar os preços do mercado, como a compra conjunta de insumos. Mas mais da metade promove algum tipo de atividade recreativa.

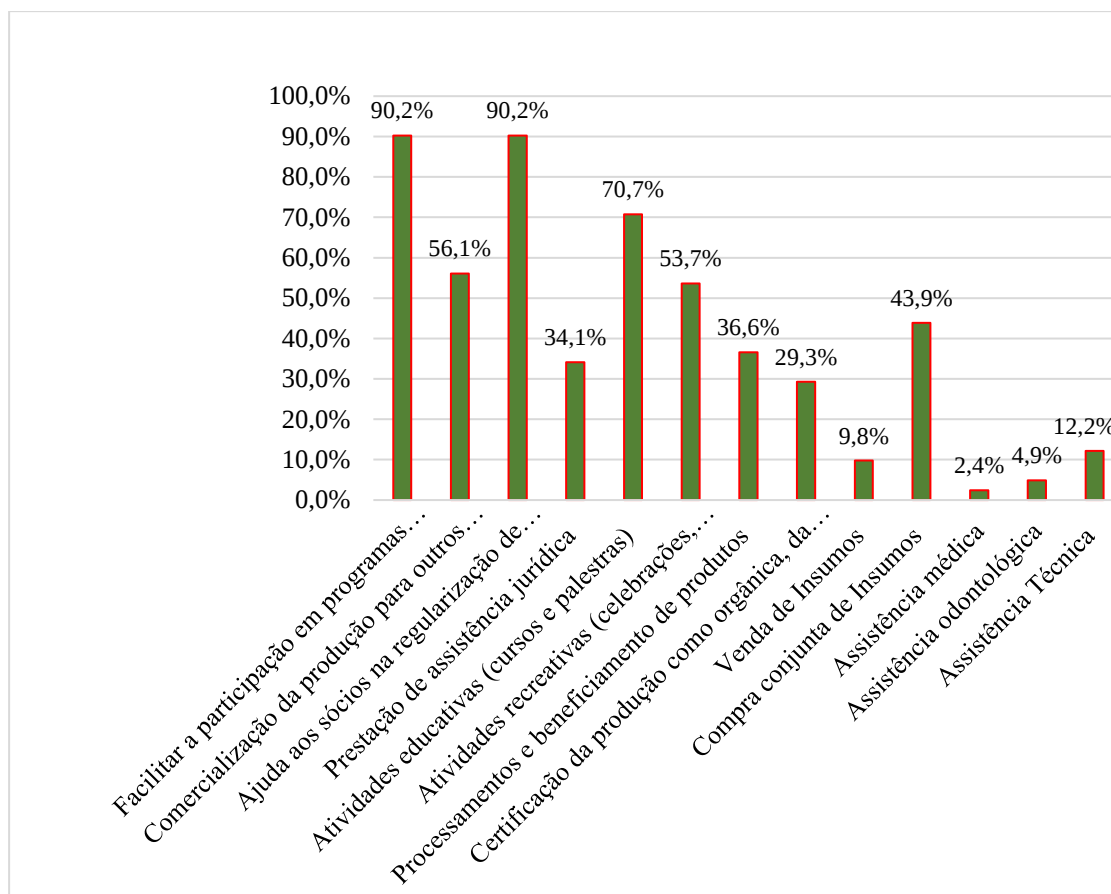


Figura 3: Principais serviços que as organizações prestam aos associados

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Os cursos e palestras oferecidos pelas organizações ocorrem em parcerias com entidades que oferecem capacitação a produtores rurais. As entidades mais mencionadas aparecem na Figura 4.

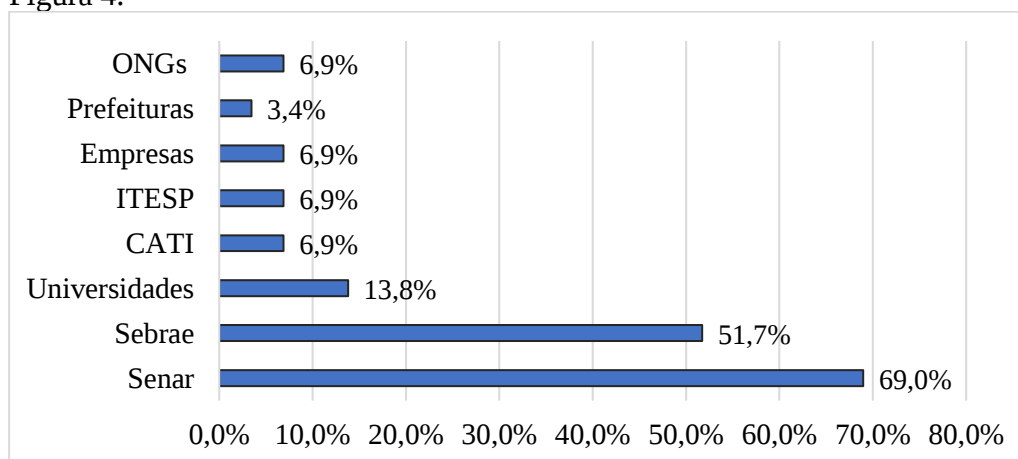


Figura 4: Principais instituições parceiras no oferecimento de cursos para os associados das organizações pesquisadas

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Como pode ser observado na Figura 4, o Senar apareceu como principal parceiro das organizações pesquisadas no oferecimento de cursos para os associados, seguido do Sebrae. Chama a atenção a baixa presença de entidades que deveriam prestar assistência técnica, como o ITESP, CATI ou mesmo ONGs. A presença da CATI aumentou no oferecimento de palestras, subindo de duas para quatro menções. O mesmo aconteceu com as empresas privadas.

Em princípio, a infraestrutura material de uma organização, refletida na sua pose de imóveis, como sede própria, agroindústria, máquinas e equipamentos de processamento e comercialização, implementos agrícolas e veículos pode ser vista como tendo uma relação direta com o vigor financeiro da mesma. A pesquisa de campo demonstrou que nem sempre esse é o caso. Várias das instituições pesquisadas, por exemplo, funcionam em espaços cedidos pela prefeitura ou sindicato, o que acaba estreitando a relação com esses órgãos. Estruturas de processamento podem ser um importante meio de agregar valor aos produtos comercializados, e muitas das organizações pesquisadas conseguiram montar algum tipo de estrutura para essa finalidade com os recursos do projeto Microbacias II. Mas depois esbarraram na dificuldade de conseguir um certificado de inspeção sanitária municipal, pela falta desse serviço no município. Em outros casos, como na produção de mel, os associados contavam com equipamento próprio para o processamento necessário, o que se justifica pela perecibilidade do produto. No Quadro 1 é possível constatar a porcentagem de organizações de posse de diferentes itens de infraestrutura.

Quadro 1 – Infraestrutura material presente nas organizações pesquisadas

Sede própria	Outros imóveis	Galpão de máquinas	Agroindústria	Galpão de processamento	Máquinas	Veículos
70,0%	5,0%	32,5%	22,5%	27,5%	62,5%	62,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2022/23

No levantamento dos principais problemas das organizações, apenas 35% delas apontaram a falta de sede própria como um dos seus principais problemas, mas 68% reportaram a falta de infraestrutura (principalmente galpões de processamento) como um problema e quesito no qual a organização poderia melhorar.

O interesse em participar em uma organização coletiva está geralmente relacionado aos benefícios, materiais ou imateriais, dessa participação (Olson, 2001), o que inclui os serviços que a organização fornece. Para Yu e Huang (2020, p.123), “uma cooperativa é definida como um empreendimento controlado democraticamente e criado para atender as necessidades econômicas, sociais e outras que seus membros têm em comum”. O capital econômico-produtivo retrata a saúde financeira da organização, em grande parte responsável por manter um conjunto ativo de associado e possibilitar a sua expansão. Por sua importância, esse capital foi o que reuniu um maior número de questões – ao todo 134, grande parte delas dedicadas à participação em programas de políticas públicas para a agricultura familiar. Como essas políticas são, majoritariamente, focadas no acesso a mercados institucionais, o questionário do capital produtivo tem início com o levantamento das principais atividades econômicas dos associados, retratadas nas Figura 5.

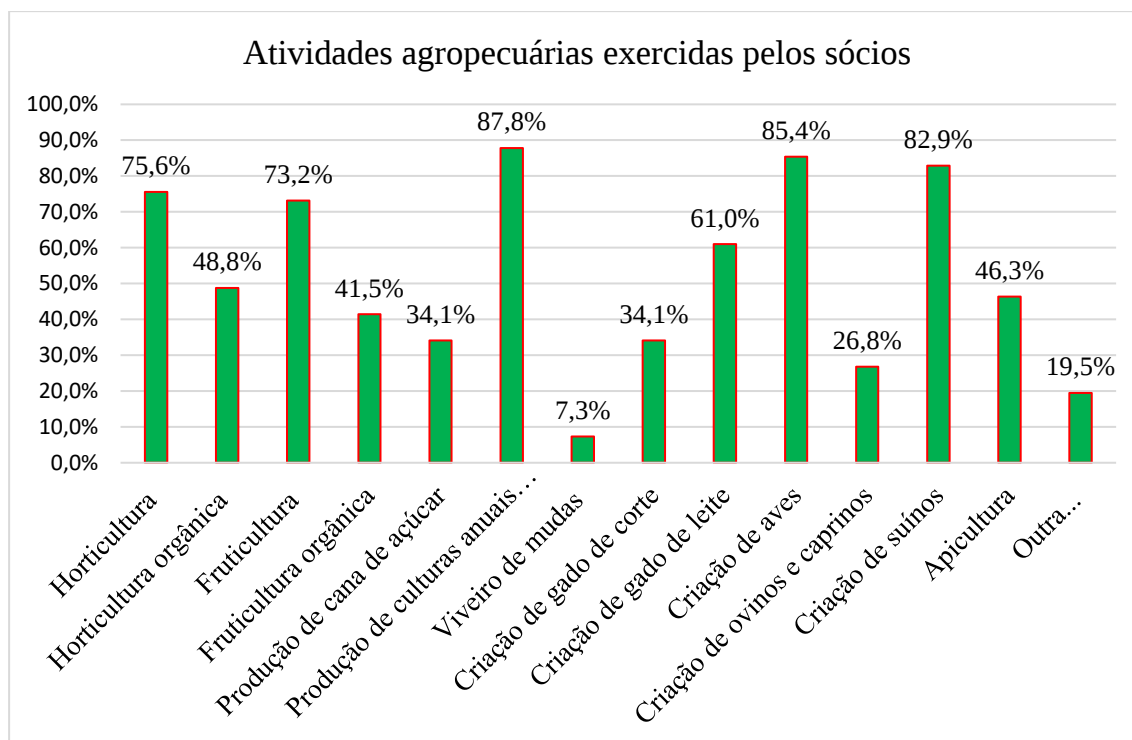


Figura 5: Atividades econômicas praticadas pelos associados

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Embora o questionário aplicado não tenha contemplado questões sobre o fluxo de caixa das organizações, a saúde financeira das mesmas foi estimada pela presença de dívidas, empréstimos bancários inadimplentes e compra e venda de ativos como máquinas e implementos, resultando na Figura 6:

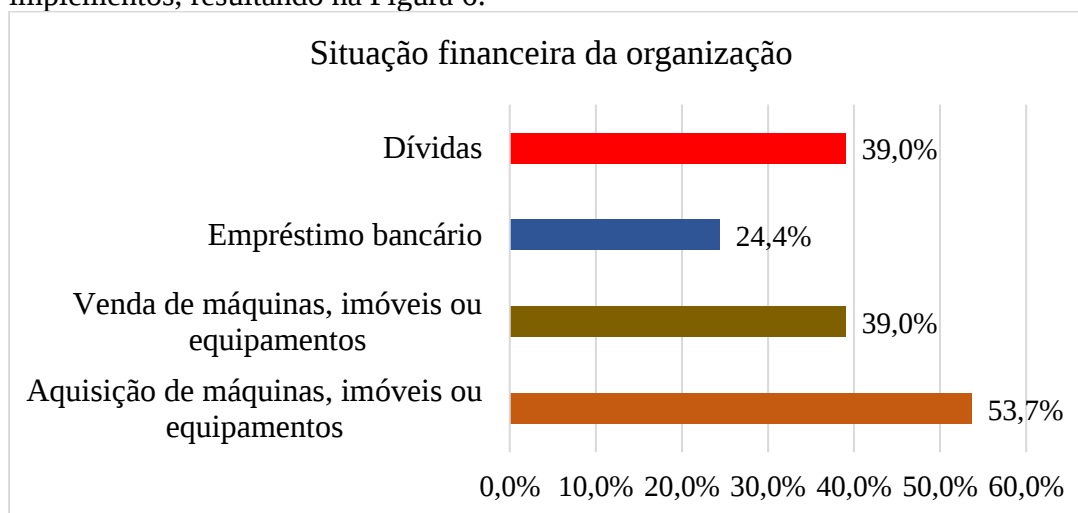


Figura 6: Situação financeira das organizações pesquisadas

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Menos de 40% das organizações reportou a presença de dívidas e apenas pouco mais de 24% - sete organizações - tinha empréstimo bancário, em geral contraído para atender a contrapartida demandada pelo Programa Microbacias II, das quais apenas duas estavam inadimplentes. A principal forma de arrecadação de recursos pelas organizações pesquisadas é

a retenção de uma parte do produto da venda da produção dos associados, ou da própria organização, para mercados institucionais e outros mercados.

Facilitar o acesso a programas governamentais e ajudar os sócios a regularizar documentos, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que atesta a condição de agricultor familiar, e que atualmente está sendo substituído pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), consta como a principal atividade de mais de 90% das organizações pesquisadas. Os entrevistados foram perguntados sobre a participação nos principais programas direcionados para a agricultura familiar: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Cesta Verde, modalidade do PAA operacionalizada pela CATI durante a pandemia; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Programas Municipais de Agricultura de Interesse Social (PMAIS) e Programa Microbacias II. A Figura 7 demonstra a participação dos entrevistados nesses programas.

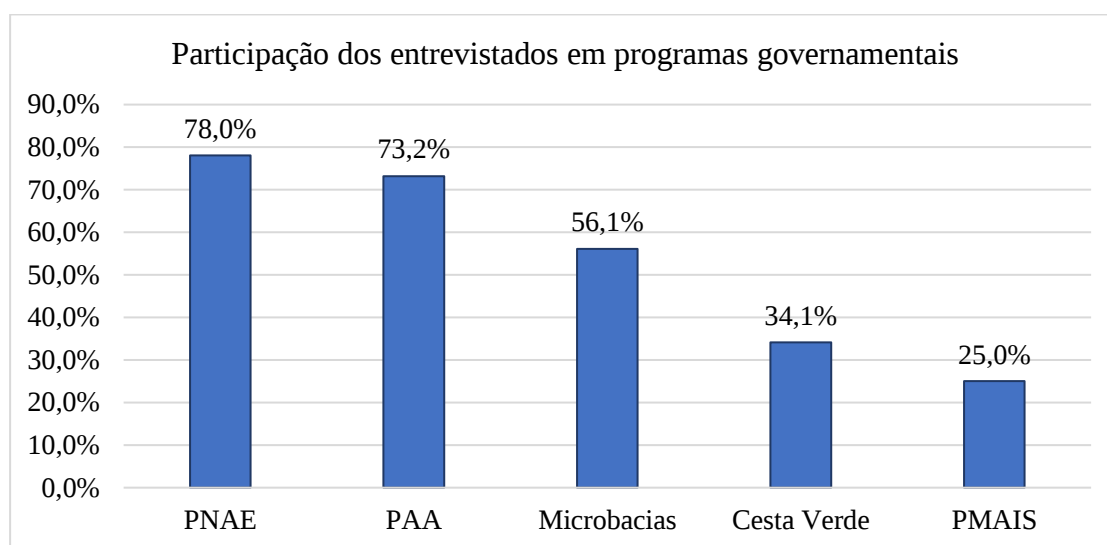


Figura 7: Participação das organizações pesquisadas em programas governamentais

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

O único programa que não reportou nenhuma participação foi o PPAIS. Apenas uma das organizações entrevistadas respondeu ter um associado que participou uma única vez, de forma individual, e há alguns anos.

Uma comparação entre a diversidade dos produtos entregues nos três programas – PAA, PAA Cesta Verde e PNAE resultou na Tabela 1.

Tabela 1. Diversidade de produtos entregues pelas organizações pesquisadas nos programas PAA, PAA Cesta Verde e PNAE

Produtos	PAA	PNAE	Cesta Verde	PMAIS
De 1 a 5	6,5%	15,6%	42,9%	40,0%
De 6 a 10	6,5%	15,6%	42,9%	20,0%
De 11 a 15	29,0%	43,8%	14,3%	20,0%
De 15 a 20	51,6%	21,9%	0,0%	20,0%
Mais de 20	6,5%	3,1%	0,0%	0,0%

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Como pode ser observado, o programa que recebeu uma maior diversidade de produtos foi o PAA, com mais de 50% das organizações entregando de 15 a 20 produtos diferentes. No

caso das hortaliças, estas foram agrupadas em hortaliças de folhas, frutos, raízes e flores. O maior número de produtos entregues para o PAA se justifica pelo programa, nas palavras dos entrevistados, “pegar de tudo”. Ou seja, não sofre algumas limitações do PNAE como a rejeição por crianças e adolescentes ou as preferências das nutricionistas.

Assim como no caso do PAA (p. 37), também nas entregas para o PNAE ganham destaque a mandioca, banana e hortaliças. Mas chama a atenção a pouca presença de grãos, sobretudo o feijão, ou derivados, como o fubá e a farinha de milho.

Um total de 56,1% dos entrevistados havia participado do Projeto Microbacias II, e puderam adquirir veículos, equipamentos de processamento e implementos agrícolas, ou construir instalações de processamento, através de projetos que envolveram somas bastante variáveis de recursos. Entre os entrevistados, 13% havia adquirido um ou dois itens pelo projeto, 26% de três a quatro itens e 61% mais de quatro itens. Os itens adquiridos foram classificados segundo o quadro abaixo:

Quadro 2: Itens adquiridos pelo Projeto Microbacias II

Mudas de árvores	34,8%
Implementos para beneficiamento/comercialização	47,8%
Implementos agrícolas	30,4%
Trator	34,8%
Veículos	69,6%
Galpão de beneficiamento	47,8%
Sede	26,1%
Outro	4,3%

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Os veículos foram os itens mais adquiridos através do Projeto Microbacias II pelas organizações pesquisadas. A grande maioria desses veículos eram caminhões, caminhonetes ou furgões, indispensáveis para a coleta dos produtos entre os associados e sua entrega nos municípios em que participavam de algum dos projetos de compras institucionais. Em seguida vieram os galpões e implementos para o processamento dos produtos e os tratores e mudas, essas últimas presentes principalmente nos projetos que envolveram a instalação de sistemas agroflorestais. Apesar dos seus benefícios, mais da metade (52%) dos entrevistados apontou a burocracia como a maior dificuldade da participação no Microbacias – demora na emissão de documentos, idas e vindas na prestação de contas, dificuldade de aprovação de orçamentos, etc.

Além dos mercados institucionais, as vendas dos produtos dos associados dividem-se por diferentes canais de comercialização. Dentre os entrevistados, 5% afirmaram acessar apenas um outro canal, 67,5% mais dois ou três e 27,5% outros quatro ou mais canais de comercialização. O Quadro 3 retrata os outros canais de comercialização utilizados pelos associados.

Quadro 3: Outros canais de comercialização dos associados

Feiras livres	46,3%
Atravessadores Empresas processadoras	53,7%
Empresas processadoras	22,0%
Mercado Fair Trade	9,8%
Exportação	12,2%
Supermercados, mercearias e varejão	14,6%
Ceasa/Ceagesp	26,8%
Rua	14,6%

Outro

17,1%

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Um dos objetivos dos programas de acesso a mercados institucionais é permitir a venda da produção familiar por preços mais compensatórios do que aqueles normalmente praticados pelos atravessadores. No entanto, pelos dados do Quadro 8, a venda para atravessadores continua entre os associados de mais da metade das organizações entrevistadas, seguida pela venda direta para os consumidores através de feiras-livres. Além dos listados, outros canais de comercialização foram: vendas de cestas, de produtos convencionais e agroecológicos, estes últimos em arranjos do tipo Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA); laticínio; cooperativa de café; armazém de grãos; granja de criação; empresas de venda de produtos orgânicos e licitação da prefeitura e do exército.

Durante a pandemia, apenas 44% das organizações entrevistadas buscaram outras formas de comercialização de seus produtos, para compensar a retração dos canais habituais e a diminuição das vendas para o PNAE. Dos que adotaram novas formas, 74% adotou apenas uma alternativa e 26% duas outras alternativas de venda. Os principais novos canais foram: vendas on line (33%); entregas de cestas e no Ceasa (22%); vendas direto para os consumidores ou em feira livre (11%). Também foram reportados o fornecimento para as campanhas do MST, os armazéns do campo, empresas de produtos orgânicos e até mesmo para empresa que vende para presídio. Se somadas as vendas na rua, na propriedade, on line e em cestas; as vendas diretas para os consumidores somam mais de 83% das alternativas de venda durante a pandemia. Mas quando perguntados se essas novas formas vão continuar, apenas quatro das 18 organizações que tentaram novas formas de comercialização durante a pandemia responderam que sim.

Em relação a presença de produção orgânica nas organizações pesquisadas, os dados foram agrupados da seguinte maneira: presença de produção orgânica, presença de produção orgânica certificada, recebimento de 30% a mais pelos produtos orgânicos, vontade de produzir orgânicos, vontade de certificar os produtos orgânicos.

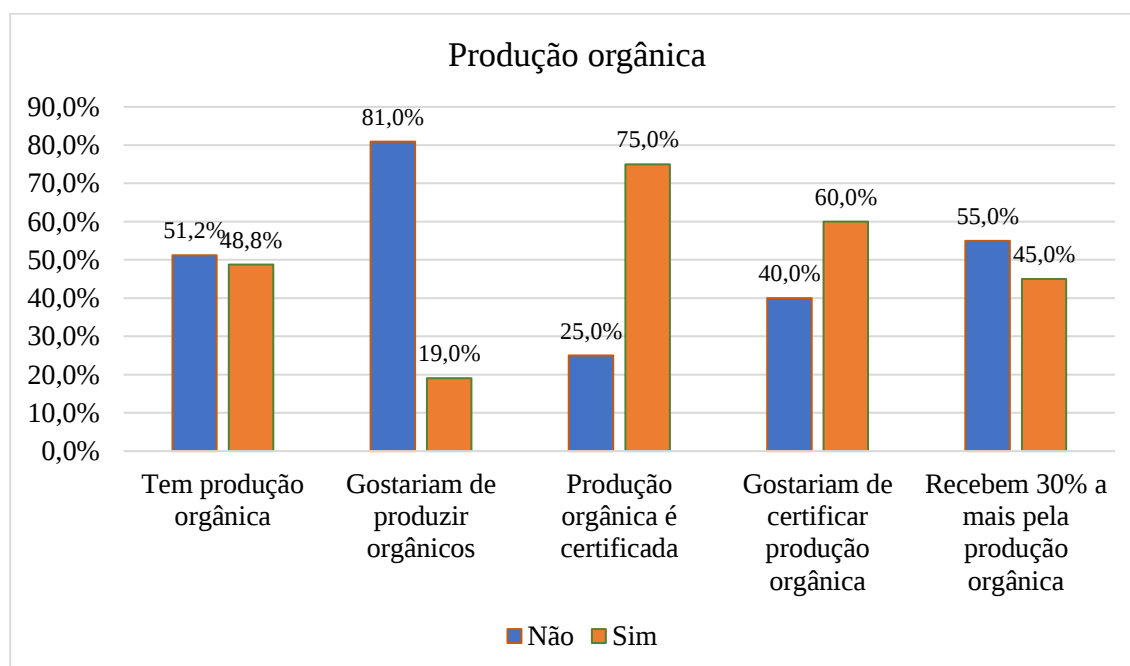


Figura 8: Produção orgânica nas associações e cooperativas entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Como pode ser observado na Figura 8, perto da metade das organizações pesquisadas tinham produtores orgânicos entre os associados, e, entre os que contam com esse tipo de produção, 75% são certificados. Mas mesmo assim, apenas 45% reportaram receber os 30% a mais, estipulado por lei, na venda de produtos certificados como orgânicos para mercados institucionais. Medida esta, que deveria estimular e alavancar a transição agroecológica na produção familiar (GALINDO et al, 2013). Entre as 15 organizações que contavam com certificação, as formas de certificação variaram entre Certificação por Auditoria (7); Sistema Participativo de Garantia (1) e Controle Social na Venda Direta (7). É interessante observar que apenas uma organização era certificada pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), que, em princípio, deveria facilitar a certificação. O que talvez se explique pelo fato de que, em sete das organizações, nem todos os associados eram orgânicos, e os que produziam orgânicos preferiam a certificação individual por auditoria. Nas organizações em que todos, ou a maioria, produzia de forma orgânica ou agroecológica, predominou a criação de uma Organização de Controle Social (OCS), que permite a venda direta para o consumidor e em mercados institucionais.

Ser capaz de formar um leque de parcerias é importante para diversificar os serviços oferecidos e aumentar as chances de expansão da organização. Foi apresentado às associações e cooperativas entrevistadas uma lista de entidades com quem poderiam fazer parcerias: entidades do Sistema S, como o Senar e Sebrae, movimentos sociais, prestadores de serviço de Ater, como a CATI, responsáveis pela administração dos assentamentos (ITESP e INCRA), sindicatos, universidades, prefeituras, federações de trabalhadores ou outras. Perto da metade das entidades mantinha parceria com pelo menos uma entidade, 45% com pelo menos quatro e 5% com pelo menos sete. Por outro lado, apenas uma organização não mantinha parceria com nenhuma entidade. As entidades mais mencionadas como parceiras podem ser constatadas na Figura 9.

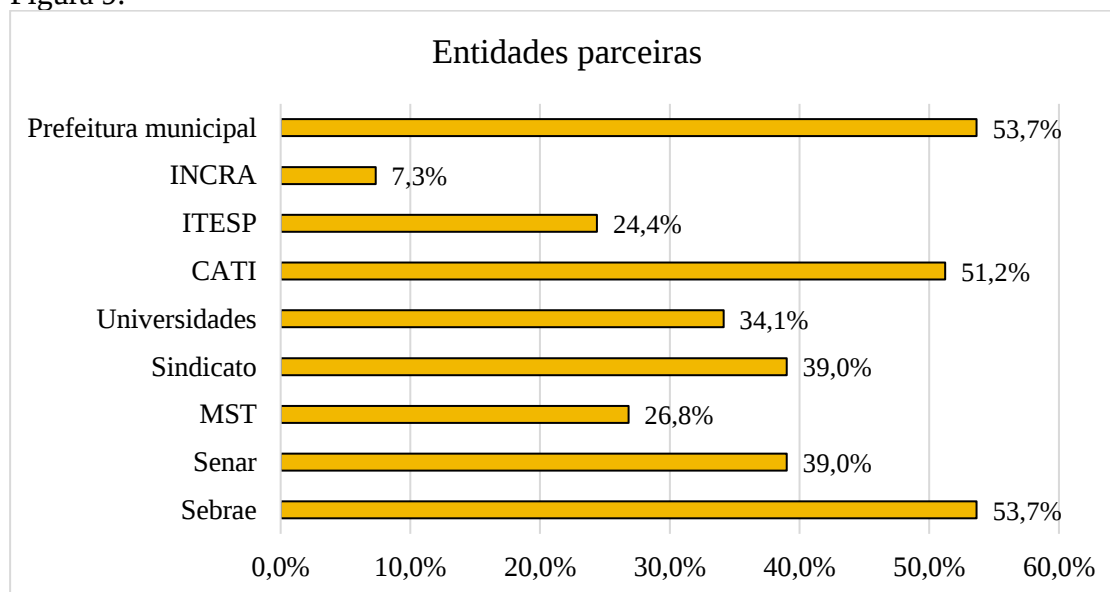


Figura 9: Entidades parceiras das associações e cooperativas entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

O capital cultural de uma organização está diretamente relacionado com o seu capital social e humano, e por esse motivo a parte do questionário direcionada com esse capital foi a que apresentou o menor número de questões. As organizações pesquisadas foram indagadas sobre a realização de atividades recreativas e comunitárias, como mutirões, e a prestação de ajuda aos sócios em dificuldade. Essas questões buscaram levantar outras esferas de atuação das organizações, para além das relacionadas com ganhos econômicos, que podem influenciar

o sentimento de pertencimento dos seus associados. A pergunta relacionada com o número de atividades recreativas que a associação ou cooperativa organiza resultou nas respostas registradas no Quadro 11.

Quadro 4: Número de atividades recreativas realizadas pelas organizações pesquisadas.

Nenhuma atividade	45,0%
Uma ou duas atividades	37,5%
Três ou quatro atividades	15,0%
Cinco ou seis atividades	2,5%
Mais de seis atividades	0,0%

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Como pode ser observado, apenas 45,0% dos entrevistados alegou que a organização não oferece nenhum tipo de atividade cultural, esportiva ou recreativa para os associados, mas em 55% dos casos pelo menos uma dessas atividades era oferecida. Dentre as atividades fornecidas se encontravam, principalmente, diferentes tipos de festas e eventos de confraternização, como pode ser observado na Figura 10.

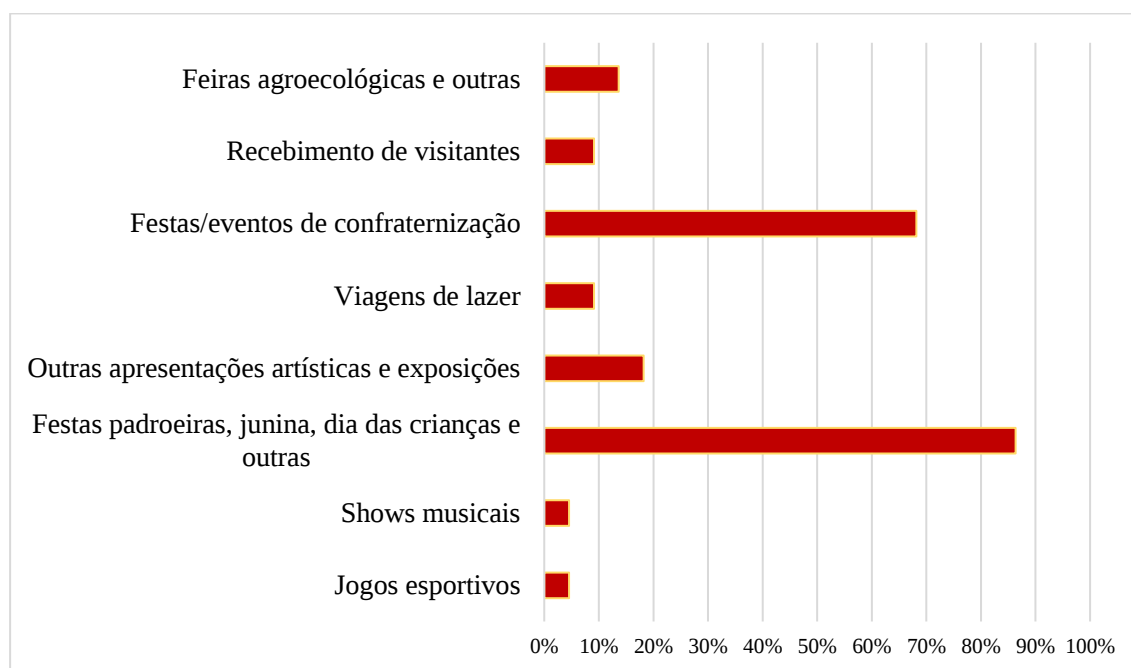


Figura 10: Realização de atividades recreativas, esportivas e culturais entre as organizações pesquisadas
Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Como retratado na Figura 10, as festas, principalmente as festas juninas e do dia das crianças foram as principais atividades recreativas promovidas pelas organizações. No caso de festas padroeiras, por se tratar de festa religiosa geralmente organizada pela igreja católica, os entrevistados que mencionaram esse tipo de festa esclareceram que apenas participam da sua organização. Chama a atenção na figura acima a baixa expressão da organização de eventos esportivos, reportada apenas por um dos entrevistados. Esse tipo de atividade poderia ser um chamariz para maior participação dos jovens nas atividades das organizações. Bem como a organização de shows e outras expressões culturais com artistas locais.

Um levantamento dos principais problemas, ligados aos diferentes tipos de capital, enfrentados pelas organizações pesquisadas resultou na Figura 11.

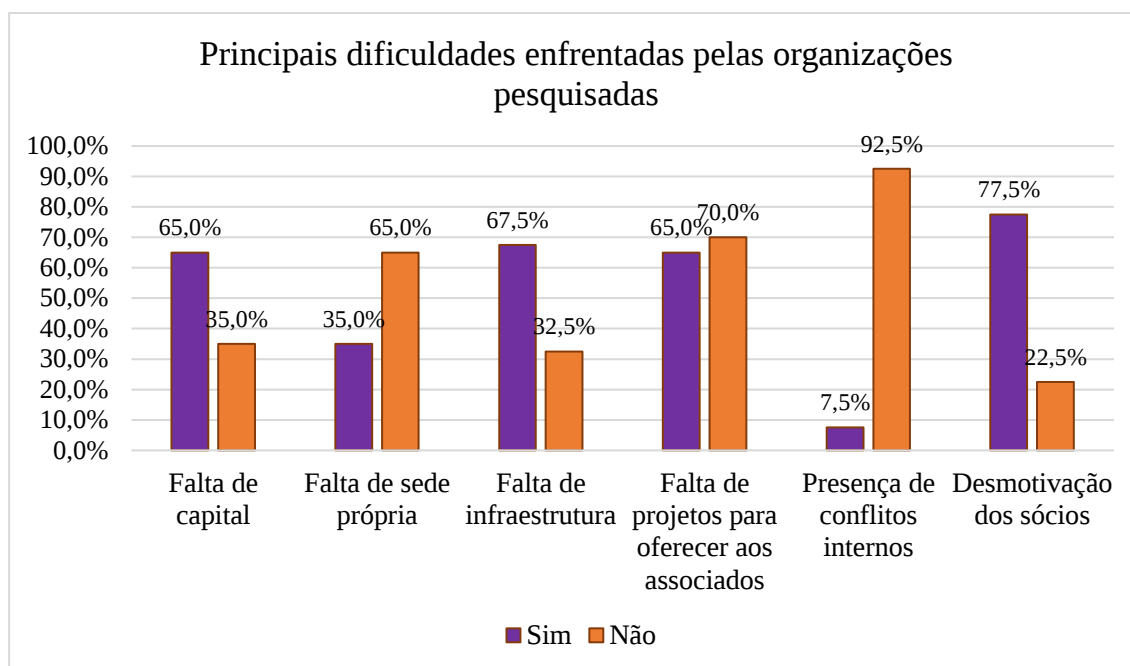


Figura 11: Principais problemas enfrentados pelas organizações pesquisadas

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

5. Considerações

Mais do que instituições financeiras ou organizações com uma função societal (Yu e Huang, 2020), as cooperativas de produtores rurais podem exercer um papel político, como almejado por cooperativas de movimentos sociais no campo, como o MST, ou mesmo cultural, reforçando tradições e costumes locais. Raquel Ajates (2020), estudando as milhares de cooperativas agrícolas na Europa alerta para a perda de suas raízes históricas e a necessidade de fortalecer a sua função política e ambiental, para que não continuem a ser cooptadas pelos regimes alimentares dominantes. A autora também aponta para a necessidade de novos estudos para retratar a sua grande heterogeneidade. O resultado da aplicação de um programa de política pública está fortemente ligado ao capital social das comunidades (ALMEIDA e FERRANTE, 2009). Cabe aqui indagar se a própria política não é indutora da formação ou reformulação desse capital enquanto conjunto de forças e redes sociais que não são estáticos, mas modificam-se com a entrada em cena de novos atores e a adoção de diferentes estratégias para a promoção do desenvolvimento local.

Mas tanto cooperativas como associações enfrentam conflitos que parecem relacionar-se com uma mal alinhada simbiose entre a sua finalidade econômica e o ideário do associativismo e coletivismo, bastante presente nos movimentos sociais (SCOPINHO, 2009, 2012). Ou em outras palavras, espera-se que os dirigentes tragam benefícios para os associados, mas também se espera de todos o companheirismo, solidariedade, cooperação e assim por diante. Principalmente em pequenas comunidades rurais marcadas pelas complexas relações de interconhecimento, parentesco e vizinhança, as esferas pessoais e as organizativas e administrativas são praticamente indissociáveis. Estudando associações em assentamentos do nordeste, Camargo (1994) constatou como as relações naturais de solidariedade e reciprocidade, presentes na comunidade rural, rapidamente se dissolviam em conflitos quando da formação de uma organização hierárquica (presidente, secretário, tesoureiro, etc) e a entrada de recursos de projetos.

O esperado crescimento econômico, resultante do associativismo, pode facilmente transformar-se em discurso hegemônico para justificar e promover a formação de associações e cooperativas entre agricultores familiares. Quando as organizações são medidas primordialmente por sua capacidade de alargar as oportunidades de mercado para os sócios, ou diminuir os seus custos de produção, a atuação de seus dirigentes também passa a ser mensurada por suas habilidades em “correr atrás de projetos” (NEVES, 2013). Na pesquisa realizada o olhar se voltou para a capacidade de mobilização de diferentes tipos de capital, como base para a construção de resiliência, inovação ou transformação frente a circunstâncias adversas. Mas a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais que interferem no funcionamento das organizações de produtores familiares é ainda um amplo campo de estudo, que demanda o aporte de diferentes disciplinas e metodologias de análise.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, L.M.M.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP In: **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre: (CD ROOM), 2009

AJATES, R. An integrated conceptual framework for the study of agricultural cooperatives: from repolitisation to cooperative sustainability. *Journal of Rural Studies* 78, 2020

BACCARIN, J. G., et al. - **Compras Institucionais de Produtos de Agricultores Familiares para Alimentação Escolar no estado de São Paulo sob a vigência da Lei Federal 11.947/20091**. Geografia, Rio Claro, vol. 42, nº 2, Ago. 2017.

BEBBINGTON A. Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty. *World Development*. Volume 27, Issue 12, December 1999, p. 2021-2044.

BRASIL. MDS. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 23/02/2023.

BRASIL. FNDE. Perguntas frequentes sobre a execução do PNAE durante a pandemia do Coronavírus. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/perguntas-frequentes>. Acesso em 22/02/23

BRASIL. **DECRETO Nº 91.179, DE 1º DE ABRIL DE 1985**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D91179.htm. Acesso em 30/06/2022

BRASIL. **DECRETO Nº 92320 DE 23/01/1986**. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/35536-dispue-sobre-a-cria-uuo-do-programa-de-apoio-a-organizaues-de-pequenos-produtores-rurais-do-nordeste-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em 30/06/2022.

BRASIL. **LEI Nº 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Disponível in: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em setembro de 2022.

CAMARGO, R.A.L. “Da luta pela terra à luta pela permanência na terra”. Resgate da discussão e avaliação de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 1994.

CAMARGO, R.A.L.; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP: FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013.

CAMARGO, R. A. L., BOCCA, M. F., ALMEIDA, O. L., PINOTTI, L. R. R., & MICHELETTI, A. P. Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico - SP. **Retratos de Assentamentos**, 23(1), 2020, p. 143-180.

[CAMARGO, R. A. L.](#); CAMPOS, M. O; MICHELETTI, A. P. O Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS): avanços e entraves. In: CAMARGO, R. A. L; BORSATTO, R. S; SOUZA-ESQUERDO, V. F. (Org.). **Agricultura familiar e políticas públicas no estado de São Paulo**. 1ªed.São Carlos: Editora UFSCar, 2022, v 1 p. 251-270.

CAMARGO, R. A. L.; CAMPOS, M. O; BACCARIN, J.G. Organizações de produtores familiares e o acesso ao mercado. In: **X Congresso ALASRU**, 2018, Montevidéu. X Congresso ALASRU, 2018.

CAMARGO, R. A. L.; RATUCHINSKI, L. E. Programas de políticas públicas para a agricultura familiar paulista: o caso do PPAIS In: 57º Congresso SOBER, 2019, Ilhéus. **Anais: 57º Congresso SOBER**, 2019.

CAMARGO, R. A. L. DE; SOUZA-ESQUERDO, V. F; BORSATTO, R. S. Compras públicas estaduais na formação de sistemas agroalimentares locais. **RAIZES** (UFPB), v. 41, p. 262-279, 2021

CHAYANOV, **A teoria das cooperativas camponesas**. Pouso Alegre: Editora UFRGS, 2017

CHAYANOV, Alexander V. **La oragznización de la unidad económica campesina**. Buenos Aire: Ediciones Nueva Visión, 1985.

GALINDO, E. P; SAMBUICHI, R. H. R; OLIVEIRA, M. A. C. Compras de Produtos Agroecológicos e Orgânicos da Agricultura Familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos. In: PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2013.

GUANZIROLI, C. E. Perfil da Agricultura Familiar no Brasil. Revista do Inra e da FAO, Brasília, p. 1-35, 1996.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In Anais, **47º Congresso da SOBER**, Porto Alegre, 2009.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria: UFSM. Ano XIV, jan-dez, 2007.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.83-109, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

GRISA, C; CHECHI, L. A; SANGUINET, E.R. A incidência de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: considerações a partir dos municípios, regiões e Territórios da Cidadania. *Revista Grifos* - N. 45, 159-181. 2018

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, Vol. 162, Nº 3859, 1968. pp. 1243-1248.

HESPAHOL R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de Segurança Alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade e Natureza**, 2013; 25(3):469-483.

HU, Z.; Zhang, Q.F.; DONALDSON, J. Why do farmers' cooperatives fail in a market economy? Rediscovering Chayanov with the Chinese experience. The Journal of Peasant Studies. Taylor & Francis on line. DOI [10.1080/03066150.2022.2104159](https://doi.org/10.1080/03066150.2022.2104159), 2022.

MESSIAS, L.S. A chamada pública como alternativa à licitação: seu uso na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Dissertação** (Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2018.

NAMORADO, R. **O Mistério do Cooperativismo**. Da Cooperação ao Movimento Cooperativo. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2013.

NEVES, D. P. **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008

NEVES, D. P. Associativismo e Personalismo dos Mediadores Formais: Dilemas da Organização Política de Assentamentos Rurais pela Intervenção Estatal. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: Nupedor/Uniar, v.16, n.1, 2013

NIEDERLE, P. A; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. Cuadernos de Desarrollo Rural, vol. 5, núm. 61, julio-diciembre, 2008, pp. 41-69

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Boston: Harvard University Press, 2001

PANZUTTI, R. Origens do cooperativismo paulista e atuação do Estado. In: Os caminhos da Assistência Técnica à Agricultura. Anais do Congresso Brasileiro de Assistência Técnica à Agricultura. Piracicaba: FEALQ:AGROESP, 2004

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. **Texto para Discussão nº48**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, Centro de Estudos, 2008

PINHO, D.B (org.). As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro. Brasília: ACB/Coopercultura, Vol. 1, 1991

PINHO, D.B. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Edição Saraiva, 1977

PUTNAM, R.D. Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996

PORTO, S.I. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL, MDS. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS, 2014

RIOS, G. S. **O que é o cooperativismo** (2º ed.). São Paulo: Brasiliense 2007.

SABOURIN, E. Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: MDA, 2017

SCOPINHO, R. A. **O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiarajú - SP: o sentido e os caminhos da cooperação.** 2º. ed. Ribeirão Preto: [s.n.], 2009.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L. CAZELLA, A.A. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição, 2002.

SOARES, R.P. O Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP). **Texto para Discussão nº435.** Brasília: IPEA, 1996

TONNEAU, J.F.; SABOURIN, E. Elementos de síntese e perspectivas. In TONNEAU, J.F.; SABOURIN, E (org.) **Agricultura Familiar. Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007

XAVIER, M. L. **O Programa de aquisição de alimentos nas cooperativas catarinenses.** Florianópolis: Insular 2016.

YU, L; HUANG, W. Non-economic societal impact or economic revenue? A performance and efficiency analysis of farmer cooperatives in China. Journal of Rural Studies 80, 2020

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A Agricultura Familiar e Camponato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, outubro, 2003.

ZENERATTI, F.L. **Cooperativismo e recriação Camponesa:** contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião norte central paranaense. Tese. Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2018.